



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO	
Depoimento n°: 022	Data: 15/10/2018
Local: Câmara dos Deputados	Duração: 1h45min
COLABORADOR	
RUI OSCAR DIAS JANIQUES - Diretor do Prodasen, Supervisor Geral do Projeto Constituinte	
SUMÁRIO	
Depoimento sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988 para o acervo de depoimentos do Núcleo de História Oral do Centro de Documentação e Informação — CEDI.	
TÓPICOS	
1. Formação e experiência profissional; 2. A vinda para o Prodasen; 3. O trabalho no Prodasen; 4. O <i>status</i> do Prodasen; 5. A tecnologia e a Constituinte; 6. A prontidão do Prodasen; 7. A infraestrutura informativa; 8. A divulgação; 9. O Prodasen durante a presidência do Senador Fragelli; 10. Fora da Constituinte; 11. O projeto de receber as sugestões dos cidadãos; 12. A disputa com a Rede Globo; 13. A resistência ao projeto; 14. A resposta do povo; 15. O envolvimento dos parlamentares; 16. O processamento das sugestões; 17. Avaliação do projeto Constituinte; 18. A necessidade de informação; 19. O processamento pioneiro de textos; 20. A cooperação com as assembleias legislativas; 21. O bunker do Prodasen; 22. A reserva de mercado da informática; 23. A razão para se fazer uma nova Constituição; 24. A informática no Legislativo; 25. Questões polêmicas; 26. Avaliação da Constituição; 27. O afeto ao Prodasen; 28. Uma vida no Prodasen.	

1. Formação e experiência profissional

Nasci em Resende, Estado do Rio de Janeiro. Meu pai não era militar, mas estava lá trabalhando na companhia telefônica. Coincidentemente, eu nasci lá. Vivi lá até os cinco anos de idade, quando o meu pai mudou para Vitória, no Espírito Santo. Nós chegamos a Vitória num dia de muita chuva. Recordo bem. Numa praça central, a chuva era tão torrencial que um prédio daqueles velhos caiu. Nós ficamos realmente assustados. Mas foi assim que começou a nossa vida em Vitória. Vivi lá até os 24 anos, até me casar. Casei em Vitória com uma espírito-santense de



Alfredo Chaves. Eu me formei lá na Universidade Federal do Espírito Santo em Engenharia Civil.

Logo após formado, fui para os Estados Unidos fazer mestrado já na área de computação, em Ciência da Computação. No Brasil, ainda estavam começando os cursos de Ciência da Computação. Havia um curso na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Acho que a Universidade de São Paulo não tinha o curso ainda. A única forma de se especializar na área de computação era ir para o exterior. Foi o que fiz. Fiz o mestrado. Terminei o mestrado no final de 1974 e voltei para a Universidade Federal do Espírito, porque já tinha o compromisso de lecionar lá. Mas aí o reitor me desviou, vamos dizer assim, das funções didáticas para ser Diretor do Centro de Processamento de Dados da Universidade, que estava começando também. Não havia nada naquela época. O computador era uma coisa totalmente desconhecida. Fui diretor do Núcleo de Processamento de Dados por vários anos. Depois que saí do Núcleo de Processamento de Dados, fui ensinar realmente em sala de aula. Quer dizer, nunca me afastei. Mesmo como Diretor do Núcleo de Processamento de Dados, sempre dava aula. Mas, em 1977, decidi fazer o doutorado, novamente nos Estados Unidos, porque aqui estavam começando os cursos de doutorado. Cursos de mestrado já existiam, mas de doutorado era mais difícil encontrar.

2. A vinda para o Prodasen

Estava fazendo o doutorado. Já tinha terminado todos os meus cursos, já tinha passado no exame de qualificação e estava trabalhando na tese, com a expectativa de voltar para a Universidade Federal do Espírito Santo para lecionar lá. Mas, em Albany, uma cidade próxima da cidade onde estava estudando, havia um convênio com o Senado Federal para a formação de servidores e funcionários. Conheci vários deles. Pela proximidade, por sermos brasileiros, essa comunidade acabou nos levando a nos aproximar um do outro. No final de 1980, praticamente no segundo semestre de 1980, houve um convite para que viesse para o Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen). Inicialmente, recusei. Disse: “*Não, não*”. Ligaram para mim várias vezes, e eu disse: “*Não, tenho intenção de terminar o meu doutorado, terminar a minha tese*”. Mas era um momento um



pouco difícil do ponto de vista até financeiro. Eu recebia uma bolsa, e essa bolsa não era assim... Era casado, já tinha duas filhas. Os momentos não eram assim mais tranquilos de viver com essa bolsa. Recebia também uma remuneração da própria universidade. Mas me recordo muito bem de que o Ministro Delfim Netto fez uma desvalorização do cruzeiro, naquela época, de 30%. Isso nos deu um baque muito grande. Era muito forte esse impacto nas finanças próprias. E aí a coisa começou. Era aquela insistência: *“Não, vem, vem para cá, vem pra cá, vem pra cá. Depois, você termina esse doutorado”*. Acabei vindo aqui dizer não. Houve um convite: *“Não, você vem nos dizer não aqui”*. Vim a Brasília para dizer não e acabei dizendo sim.

3. O trabalho no Prodasen

Cheguei ao Prodasen no final de 1980. Já assumi uma posição de chefia num setor pequeno que estava sendo criado na época. Depois, em 1981, fui convidado pelo Presidente Jarbas Passarinho¹ e pelo Senador Itamar Franco² para assumir a Diretoria do Prodasen como Diretor Executivo. Fiquei lá, até 1985, como Diretor. Saí em 1985, quando assumiu o Presidente Sarney³, com o problema da doença do Tancredo Neves⁴. Saí da Diretoria e fiquei no Prodasen, trabalhando numa área técnica, muito técnica. Voltei, já em 1986, a convite novamente do mesmo Presidente Fragelli⁵, a ser Diretor do Prodasen até o início de 1987. Nesse período,

¹ Jarbas Gonçalves Passarinho – Senador pelo estado do Pará (1967-1974 – ARENA); (1975-1983 – ARENA); (1987-1995 – PDS). Foi também Governador do Pará (1964-1966) e Ministro do Trabalho (1967-1969), Ministro da Educação (1969-1974), Ministro da Previdência Social (1983-1985), Ministro da Justiça (1990-1992) e Presidente do Senado (1981-1983).

² Itamar Augusto Cautiero Franco (1930-2011). Senador – MG (1975-1983; 1983-1990). Vice-presidente da República (1990-1992). Presidente da República (1992-1995). Governador – MG (1999-2002). Senador – MG (2011-2011).

³ José Sarney de Araújo Costa, nascido José Ribamar Ferreira de Araújo Costa. Deputado Federal, MA, 1956, 1957 e 1959-1966; Governador, MA, 1966-1970; Senador, MA, 1971-1985; Presidente da República, 1985-1990; Senador, AP, 1991-2015.

⁴ Tancredo de Almeida Neves (1910-1985). Deputado Federal nas Legislaturas 1951-1955, 1963-1967, 1967-1971, 1971-1975 e 1975-1979; Senador 1979-1982, Governador de Minas Gerais (1983-1984). Oficialmente reconhecido (Lei no 7.465, de 21 de abril de 1986) Presidente do Brasil. V. <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/discursos-em-destaque/serie-brasileira/decada-1970-79/biografia-tancredo-neves>

⁵ José Manoel Fontanillas Fragelli (1915-2010). Deputado Federal – MT (1955-1959). Governador – MT (1970-1974). Senador – MS (1980-1987). Presidente do Senado Federal no período 1985-1987.



entre junho de 1986 e março de 1987, fui responsável não apenas pelo Prodasen, mas também pelo programa que tínhamos instituído pelo Senado para se preparar para a Constituinte.

4. O *status* do Prodasen

Naquela época, o Prodasen tinha uma autonomia administrativa e financeira. Ele era um órgão apensado, vamos dizer assim, ao Senado Federal. O corpo funcional dele era regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ele tinha orçamento próprio. No próprio Orçamento da União, havia as rubricas próprias. Nós, então, gozávamos dessa autonomia administrativa. Chamava-se autonomia administrativa-financeira.

Era chamado de órgão supervisionado, porque era um órgão supervisionado pelo Senado. Submetia-se a auditorias do Senado, com prestação de contas. Todos os trabalhos dele eram aprovados pelo Senado. Havia um conselho de supervisão presidido pelo Primeiro-Secretário. Funcionava, vamos dizer assim, com regras próprias e definidas. A própria dinâmica da informática, que era muito grande, exigia que o órgão tivesse respostas bastante rápidas para atender à tecnologia. Eram coisas próprias do Senado Federal. O Senado tinha outra vocação, outra missão. E a tecnologia não era propriamente algo de uso diário das pessoas no Senado.

Hoje, graças a Deus, a tecnologia virou uma *commodity*, uma coisa que qualquer pessoa usa. Em um celular, está ali a tecnologia facilmente usável. Naquela época, não era isso. Havia uma interface muito forte de necessidade técnica e de técnicos para poder ser usável. Então, nós tínhamos essa função, tínhamos de tornar a tecnologia fácil para o usuário, para quem a utilizasse, ao mesmo tempo em que nós tratávamos de coisas extremamente complexas por trás.

5. A tecnologia e a Constituinte

Foi assim que nós nos preparamos para a Constituinte. Eu até imaginava ontem, antes de vir para cá, pensando um pouco no que falaria hoje, como seria se nós tivéssemos que fazer uma nova Constituição nos dias de hoje, em que nós temos o celular, temos o iPad, temos a Internet, temos a televisão facilmente



removível de um lado para outro. Hoje a tecnologia vai conosco. Nós vivemos o dia a dia usando a tecnologia, o WhatsApp e tudo o mais.

Naquela época, não havia nada disso. Mal tínhamos — e com grande dificuldade — um processador de texto. Para fazer num texto uma frase em negrito, em itálico, ou mudar o tipo da letra, ou alguma coisa assim, tinha-se que apertar Ctrl+Alt+N lá em cima e colocar no início da frase, ou colocar um Ctrl+Alt+N com asterisco no final da frase. Isso era algo extremamente complexo para qualquer usuário, até para nós mesmos.

Foi nesse ambiente que nos preparamos para fazer a Constituinte. O volume de informação, o volume de papel, o volume de textos que foram produzidos, de tudo isso todos nós temos estatísticas a respeito, o número de emendas. Não se podia perder uma emenda. Tinha que estar registrado em algum sistema. Tinha que haver garantia. Não podia ser em papel. Tinha que estar em algum local bem assegurado de que não haveria perda daquela informação, de que não haveria perda de datas, de prazos.

Havia prazo para apresentar uma emenda. Se ultrapassasse o prazo, não poderia mais receber a emenda. Quem poderia controlar isso a não ser a tecnologia? Ainda que incipiente na época, ela foi bastante utilizada. Ao final do processo, nós, orgulhosamente, recebemos inúmeros elogios que comprovam que fizemos um bom trabalho. Fizemos um bom trabalho, porque até houve quem dissesse que, sem essa tecnologia, não seria possível ter concluído a Constituinte no prazo em que ela foi feita.

A previsão era terminar em 1987. A instalação foi em 1987, com a ideia de que terminaria ainda em 1987, em poucos meses. Acabou terminando um ano depois, num prazo de 365 dias. Mas isso não foi pela falta da tecnologia em si. Foi muito mais pela falta de entendimentos. As discussões foram muito amplas e muito ricas. Quanto mais rica é uma discussão, com certeza, mais demorado é para se chegar a um consenso.

Eu acho que esta foi uma Constituinte que contribuiu muito bem para o momento do País. Sem dúvida nenhuma, nós estávamos saindo de um período de exceção e encontramos a possibilidade de se reescrever a base em que deveria se assentar toda a cidadania.



6. A prontidão do Prodasesen

O Prodasesen estava pronto para a Constituinte. Estava pronto no que era disponível de tecnologia. Nós tínhamos uma impressora de alta velocidade, talvez, a única no Brasil, ou uma das únicas no Brasil naquele momento. Por que isso era importante? Porque havia um volume de textos a serem impressos, e havia um único meio para isso. Não existia um celular onde você recebia textos. Você recebia textos impressos; não havia outro meio. Essa era a forma de se fazer chegar um texto a qualquer Constituinte. Então, tinha que imprimir esses textos. Essa era a maneira que existia na época, a que era possível de fazê-lo. Não havia *e-mail*, não havia WhatsApp, não havia nada que pudesse fazer chegar eletronicamente algum texto, alguma informação a um Constituinte, ou para trazer informações de alguém. Tinha que ser via papel. Essa impressora foi importantíssima. Nós a deixamos reservada, vamos dizer assim, caso houvesse necessidade para a Constituinte. E foi o que aconteceu. Nós já tínhamos uma impressora de alta velocidade, mas sentimos a necessidade de colocar outra ao lado dessa.

Dessa maneira, nós conseguimos produzir os textos com rapidez, atender os prazos. Infelizmente, não participei dessa parte. Saí da Diretoria Executiva do Prodasesen e assumi um cargo mais técnico. Não participei diretamente do trabalho da Constituinte. Mas muitos de nós, os nossos colegas, ficaram noites e madrugadas, revisando textos manualmente, vamos dizer, oralmente, porque um lia e o outro acompanhava do outro lado para garantir que o texto estava, de fato, coincidente um com o outro, que não havia diferenças.

Esse foi um trabalho que fizemos não apenas com máquinas, mas também que utilizamos até como pessoas, até diria como cidadão, mais do que propriamente servidor de uma casa, ou um trabalhador de uma casa. Nós fizemos com o coração mesmo. Ficamos madrugadas enormes, para que, no dia seguinte, de manhã cedo, aquele texto estivesse pronto para que os Constituintes pudessem trabalhar em cima dele.

Nós desconhecíamos totalmente o que seria uma Constituinte. Não tínhamos a menor ideia. Já havia sido realizada, vamos dizer, com Parlamentares eleitos, a Constituinte de 1946, mas isso nos dava muito poucas informações do que seria aquela Constituinte de 1988. Para todos nós, era um total desconhecimento, uma



incógnita, um segredo, que ninguém sabia qual era. A verdade é que ninguém conhecia, ninguém sabia disso. Houve até uma experiência com Afonso Arinos⁶, filho de Afrânio Franco⁷, que depois se tornou constituinte e que havia participado da Constituinte de 1946, que produziu um texto de iniciativa do Executivo, com os notáveis, pois era uma quantidade enorme de notáveis⁸. Esse texto foi produzido no começo de 1985, aliás, levou o mesmo tempo da Constituinte, e teve seu final em setembro de 1986. Levou o mesmo tempo praticamente que o da Constituinte com quinhentos e tantos Parlamentares, e eles eram um grupo bem menor.

A verdade é que nós não sabíamos o que sairia disso. Sabíamos sim que seria produzido bastante material impresso, com bastantes informações, que deveriam ser registradas e guardadas para o futuro, porque era importante manter a história daquele momento. Aí nós contratamos uma impressora, não a compramos imediatamente, não a trouxemos imediatamente, ela ficou guardada. Isso só veio a ocorrer quando a Constituinte foi instalada. Mas a parte de disco, de computador, de processamento etc., nós já havíamos feito um incremento em 1982, 1983, pois o nosso computador, infelizmente, era de 1974 e não dava mais, não havia mais capacidade. Na época, era *mainframe*. Hoje a tecnologia da informação está distribuída. Há microcomputador aqui, computador ali, outro ali, etc. e vai-se substituindo aos poucos. Na época, era *mainframe*. O que significava isso? Que numa sala ficava toda a capacidade de processamento. Não havia capacidade de processamento fora dali. Fora, só ficavam os terminais, que eram conectados via cabo coaxial, que é aquele que usamos nas nossas televisões em casa, para trazermos o sinal. Para termos um terminal nesta sala, precisávamos levar um cabo coaxial daqui até onde estava o *mainframe*, que ficava numa sala isolada, fechada. Quando era preciso trocar o computador, tinha que trocar tudo, e o custo era muito alto, parece que chegava a um milhão de reais, nem sei se esse número está correto, suponho que esteja corretíssimo.

⁶ Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990). Jurista, Deputado Federal – MG (1947-1951; 1951-1955; 1955-1959); Senador – GB (1959-1967; 1987-1990), Ministro das Relações Exteriores (1961).

⁷ Afrânio de Melo Franco (1870-). Deputado Federal - MG 1906-1918; Ministro da Viação 1918-1919; Deputado Federal - MG 1920-1923; Embaixador Brasileiro Liga das Nações 1924-1926; Deputado Federal - MG 1927-1929; Ministro das Relações Exteriores 1930-1933.

⁸ Comissão Provisória de Estudos Constitucionais ou Comissão Afonso Arinos.



Hoje se substitui um microcomputador, troca-se o que é necessário. Mas, naquela época, era preciso trocar toda a sala praticamente, traziam-se mais discos, mais velocidade suplementar para esses discos, tinha que fazer *backup* disso. Não precisávamos apenas registrar o que estava sendo feito, tínhamos que fazer duplicidade daquilo, porque, se aquele disco se quebrasse — e discos quebram, estragam —, tinha que haver uma cópia, um *backup*, uma segurança. Tinha que duplicar tudo. Então, foi feito de uma maneira bem dentro do que se podia fazer. Nós sabíamos que tínhamos de nos preparar. Você não contrata um *mainframe* de uma hora para outra, você não instala esse *mainframe* de uma hora para a outra. Um microcomputador hoje você substitui facilmente. Você faz o *backup* dos seus dados, coloca o outro no lugar, traz os dados que você tinha no outro, e está funcionando. Mas, para um computador de meio e grande porte, você precisa de meses de preparação. É uma preparação difícil, porque você tem que funcionar em paralelo, você tem que ter espaço para o antigo e espaço para o novo. Você tem que deixar o antigo funcionando, enquanto você levanta, como se costuma dizer, coloca o novo em funcionamento. Esse é um trabalho delicado. Hoje, graças a Deus, nós não vivemos assim, mas essa era a tecnologia da época.

Essa preparação foi um trabalho de equipe. Não há dúvida nenhuma de que fizemos em equipe. Eu acho que a maior dificuldade estava nos órgãos técnicos. A Gráfica do Senado era também uma preocupação. A Câmara dos Deputados a usava, havia uma economia. Nós dividíamos o uso dos computadores e até o da Gráfica do Senado. Esses dois órgãos, que eram supervisionados, prestavam serviço tanto ao Senado, quanto à Câmara dos Deputados, como uma forma de economia. Naquela época, já se tinha isso em mente. Mas, quando ficou claro de que haveria de fato a Constituinte, nós começamos então a nos preocupar. Começamos a ter reuniões e dizer: *“Onde estão os gargalos?” “Que problemas precisamos resolver e azeitar as coisas, para que a Constituinte funcione realmente a todo vapor e não haja nenhuma dificuldade em fazê-la funcionar?”*

Uma das preocupações foi fazer reuniões com o Senado e mostrar: *“Olha, nós precisamos fazer isso, isso e isso”*. A nossa parte, na área técnica, era a que dependia de mais tempo, de mais prazo, como eu disse, para substituir equipamentos, trazer equipamentos novos, muitos deles importados. Nós não



tínhamos uma indústria de tecnologia no Brasil que produzisse aqui os equipamentos. Tínhamos que importar aquilo. Eles entravam em linha de produção. Você pedia, contratava, e eles lá, a fábrica nos Estados Unidos, na China, Japão, onde fosse, colocavam na linha de produção aquele computador para o Brasil, para o Senado Federal. Isso levava tempo, não era uma coisa que se fazia de um mês para o outro, de uma semana para a outra. Era necessário providenciar as questões das importações, as autorizações de importação, tudo isso, fora os recursos necessários, evidentemente. Então, nós pensamos nisso, no que seria necessário, dois anos antes de ser instalada a Constituinte. Não havia a certeza da Constituinte, mas havia a certeza de que nós tínhamos de estar preparados. Não haveria desculpas para naquele momento dizermos: *“Não tenho computador, não tenho impressora, não tenho isso ou aquilo”*. Tínhamos de estar prontos. Era necessário fazer isso. Nós partimos para isso.

Ainda tivemos a facilidade de criar outro item. Não adianta falar em recursos, falar em dinheiro, falar em orçamento, falar em máquinas, sem ter o outro tripé, que é o pessoal técnico. Graças a Deus, nós o tivemos! E digo *“graças a Deus!”* porque vivíamos um momento muito difícil até 1984 — em 1982, 1983 e 1984 —, mas conseguimos formar nesse período um grupo técnico muito bom. Conseguimos trazer pessoal de vários lugares de Brasília. E também eram poucos aqueles especializados. Não se fazia concurso para escolher analistas de sistema. Não havia isso, porque as pessoas se conheciam, todo mundo conhecia quem conhecia computador aqui em Brasília, quem eram os técnicos. Todo mundo sabia quem entendia aqui em Brasília de questão técnica. Para o suporte técnico, quem são? As pessoas boas são: essas, essas e essas; esse aqui, esse aqui e esse aqui. Era um grupo muito pequeno. Havia poucos centros de processamento de dados. A Universidade de Brasília nos forneceu muitos técnicos capazes. Analistas, programadores, etc., vieram de lá. Então conseguimos, naquele período antecedente a 1985, criar um grupo, uma equipe bastante capaz. Essa equipe capaz é que levou o processo à frente, até porque, mesmo com orçamento e máquinas, mas sem pessoas, certamente não haveria condições de se fazer isso.



7. A infraestrutura informativa

Como eu disse, não havia informação do que seria uma Constituinte. O que tentamos fazer era buscar tudo quanto era informação possível. Não havia Google na época. Hoje existe o Google. Mas na época não existia o Google. Então, o que fizemos? Nós buscamos as Constituições de países, as que podíamos conseguir. Fomos às embaixadas pedir: *“Por favor, nos forneça, se possível já traduzida, a sua Constituição”*. Assim fizemos para formar um acervo que pudesse servir de informação para os constituintes. Não que eles devessem — e não havia essa ideia de nossa parte — receber: *“Olha, isso aqui é o seu kit Constituinte”*. Não, não era essa a ideia. A ideia era disponibilizar informação. E, se o constituinte achasse necessário, se ele quisesse acesso àquela informação, ele teria.

Fizemos isso com a ideia de dar essa infraestrutura que era necessária. E nós não sabíamos qual era, mas tentamos criá-la. Também buscamos identificar outras fontes. Não que nós achássemos que o cidadão comum redigiria artigos da Constituição, mas abrimos a possibilidade para que qualquer cidadão pudesse dizer: *“Olha, eu gostaria que a Constituição tratasse desse ou daquele assunto, ou até mais específico da sua sugestão”*. Mas o principal ali era divulgar a ideia de que haveria uma Constituinte; de que o País estava passando por uma transformação; de que o Legislativo era, naquele momento, o ator principal; de que a Constituinte nasceria dentro do Legislativo.

É bem interessante até verificar o que ocorreu com aquele anteprojeto que foi elaborado pelo Afonso Arinos. Ele foi elaborado e preparado por iniciativa do Executivo, na época do Presidente Sarney. O anteprojeto levou vários meses, quase tanto tempo quanto levou a Constituinte do Congresso. Mas esse anteprojeto não foi, em princípio, utilizado dentro da Constituinte; ele foi simplesmente um elemento, mais um entre tantos outros, como as Constituições de outros países e as sugestões dos cidadãos — e eles tiveram bastante interesse, porque 72 mil cidadãos se dispuseram a mandar sugestões.

8. A divulgação

Tudo isso criava um ambiente e preparava o Senado para receber a Constituinte. Esse era o nosso objetivo, não só dentro do Congresso, mas também



fora, porque essa ideia de Constituinte existiria como se estivesse constante em todos os cantos do País. Então, era importante saber que haveria uma nova Constituição.

Existia o projeto dos jornais também. Os jornais eram formatados também. Tudo passava pelo computador. Tudo isso saía da Gráfica, mas era passado antes pelo computador e saía nas impressoras lá da Gráfica. Eram impressos toda noite. Tinha horário para sair. E todo mundo olhava. Tinha um programa também na televisão.

É interessante observar que nós fomos muito felizes nisso. Quanto a esses programas de televisão, em princípio poderiam dizer: “*É mais um programa chato de político falando e tudo*”. Na verdade, não. As pessoas assistiam, queriam ouvir o programa, sabiam o que estava acontecendo, acompanhavam aquilo com interesse. Não era mais um programa, não era um negócio assim: “*Ah, está atrapalhando minha novela...*” — ou coisa parecida. Não, absolutamente. O povo brasileiro se engajou realmente na Constituinte.

9. O Prodasen durante a presidência do Senador Fragelli

O Senador Fragelli chegou. A Mesa Diretora do Senado queria trazer uma dinâmica. Eram momentos de muita intensidade no Legislativo. Nós estávamos começando um Governo da Oposição, eleito; não era mais um Governo militar. Então, havia uma busca por alterar, mudar as coisas. Acho isso muito interessante. Foi um momento muito rico, porque vínhamos de um período quase congelado e, de repente, houve essa mudança geral. O Senador Fragelli queria outra dinâmica. Então, trocou a Diretoria do Prodasen, que era muito antiga. Eu a herdei, vamos dizer assim, em 1981. Quando a assumi, ficou a mesma Diretoria, que vinha de anos anteriores. Em 1985, dissemos: “*Vamos mudá-la*”. Confesso que participei dessa mudança. Achei que era o momento. Havíamos criado um grupo, uma equipe nova. Era o momento de arejar também a cúpula do Prodasen. Não sei se vale a pena citar aqui, mas tive algumas oposições. Acho que, em cinco anos, em qualquer lugar, você compra inimigos de todos os tipos. Eu já tinha os meus inimigos.

Assim, saí do Prodasen e voltei alguns meses depois. Essa mudança que houve foi até uma mudança da qual participei. Você tem, vamos dizer assim, um *off*



dos bastidores. *“Eu acho fulano uma boa pessoa para esta função; aquela; aquela outra.”* Essas pessoas eu já conhecia, eu estava ali há muitos anos. Criamos uma nova diretoria e um novo diretor-executivo também. Mas o diretor-executivo sofreu um acidente muito grave no fim do ano de 1985 — muito grave mesmo. Ele estava chegando aqui de férias, bateu o carro perto de Planaltina, naquela região ali, e ficou afastado, teve muito problema de saúde. Foram problemas de saúde graves mesmo, tanto é que depois se aposentou – ele acabou se aposentando. E, aí, acabei conhecendo o Senador Fragelli. Eu não o conhecia e o conheci. Durante algum tempo, tive contato com ele. Ele disse: *“Você vai voltar para o Prodasen”*. E voltei para o Prodasen.

Não vou dizer que sou soldado porque não sou militar, nunca tive essa pretensão, mas sempre aceitei as missões que tive. Sempre tive missões no Prodasen. Esta foi uma delas: diretoria-executiva. Por duas vezes, fui Diretor-Executivo. Na segunda, sabia que era para preencher o cargo durante um período. Logo depois, veio o Senador Humberto Lucena⁹, que era o Presidente do Senado. E eu sempre achei que em qualquer função dessas tem que se ter um bom relacionamento com o Presidente do Senado, uma pessoa que vai coordenar. E, o Senador Humberto Lucena, não tenho nada contra, não é isso, mas eu não tinha nenhuma aproximação com ele, como não tinha com o Senador Fragelli também. Nunca advoguei no sentido de dizer: *“Eu quero ser Diretor, eu quero ser isso ou aquilo”*. Não. Nunca procurei qualquer função. Mesmo a primeira, quando assumi, não era da minha intenção. Era um técnico que havia sido convidado para uma missão e que achava que tinha que se ter confiança na pessoa que estava ali, porque, se você não houver confiança, não adianta.

10. Fora da Constituinte

Naquela época eu não pude trabalhar muito na Constituição. Muita coisa era feita à noite, de madrugada. Eu estava fazendo o curso da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) aqui em Brasília na época.

⁹ Humberto Coutinho de Lucena (1928-1998) - Deputado Federal, 1959-1963, PB, PSD; 1963-1967, PB, PSD; 1967-1971, PB, MDB; 1975-1979, PB, MDB. Senador - PB (1979 a 1998). Presidente do Senado no período de 1987-1989.



Deixe-me afastar um pouco. Na ADESG tínhamos uma série de visitas planejadas. Éramos cerca de 70 servidores públicos de vários órgãos. Havia uma ADESG no Rio, que era de outro nível. E aqui, à noite, fora do horário do expediente, havia um curso para discutir os problemas brasileiros, a metodologia utilizada pelas Forças Armadas para discutir os problemas nacionais.

Uma coisa que me chamava a atenção era o fato de fazermos várias visitas. Visitávamos a Marinha, o Exército, quartéis, o Corpo de Bombeiros. Íamos a vários lugares. Mas, na programação daquele ano, em que estava acontecendo a Constituinte, não havia sequer uma visita ao Congresso. Então, eu disse: *“Não é possível que seja...”* Conversei com o pessoal e os convenci a virem aqui fazer uma visita. E nós tivemos a sorte de ter o Deputado Ulysses Guimarães¹⁰, que endereçou umas rápidas palavras ao grupo, e o Senador Afonso Arinos. Foram dois encontros altos. Acompanhei tudo. Como cidadão, achava que aquilo era importante, que aquele era um momento único. Achava que tudo tinha que ser acompanhado. Eu acompanhava tudo, lia tudo que estava acontecendo. Não lembro muito, mas acompanhei muito.

11. O projeto de receber as sugestões dos cidadãos

A ideia de receber sugestões para a Constituinte surgiu de uma pessoa de dentro do Prodasen. É interessante observar que era muito diferente de hoje, que temos uma tecnologia que está bem próxima de quem vai utilizá-la. Você escolhe o *app* que você vai baixar da Apple Store ou do Google, do iOS ou do Android. Você diz qual o aplicativo que o interessa, baixa e usa no seu celular, no seu iPad, etc. No seu computador, você faz a mesma coisa hoje em dia, mas naquela época, não. Naquela época, a tecnologia estava muito afastada do usuário. Tínhamos essa necessidade do técnico, de saber qual era a possibilidade de fazer determinada coisa. *“Existe uma possibilidade de fazer isso aqui.”* Então as ideias surgiam muito

¹⁰ Ulysses Silveira Guimarães (1916-1992). Deputado Federal, 1951-1955, SP, PSD; Deputado Federal, 1955-1959, SP, PSD; Deputado Federal, 1959-1963, SP, PSD; Deputado Federal, 1963-1967, SP, PSD; Deputado Federal, 1967-1971, SP, MDB; Deputado Federal, 1971-1975, SP, MDB; Deputado Federal, 1975-1979, SP, MDB; Deputado Federal, 1979-1983, SP, MDB; Deputado Federal, 1983-1987, SP, PMDB; Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, SP, PMDB; Deputado Federal, 1991-1995, SP, PMDB. Foi Presidente da Câmara dos Deputados de 11.mar.1956 a 11.mar.1958, 1985-1986, 1987-1988.



mais constantemente, quando se tratava de uso de tecnologia, dentro da área de tecnologia, o que é diferente de hoje. Hoje completamente é o usuário. É bom que seja assim, porque o usuário é quem sabe a sua necessidade. Mas naquela época nós tínhamos que sair com as ideias e dizer: “*Olha, eu consigo fazer isso aqui, que tal?*” Então, virávamos quase que os vendedores da ideia, mas, depois, é claro, ela tinha que ter seus patrocinadores.

Na época nós levamos esse assunto e quem se interessou muito pela ideia foi o Senador José Ignácio Ferreira¹¹, que era Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Aliás, houve um período que ele não era, depois ele foi Presidente da Comissão e aí tomou para si a ideia de carregar esse andar, de levar essa ideia para frente.

12. A disputa com a Rede Globo

Nós tivemos problemas nessa questão das sugestões dos cidadãos porque havia o interesse até, vamos dizer, de um órgão de imprensa — no caso, a Rede Globo, para ser mais preciso — que queria tomar conta do projeto das sugestões dos cidadãos. Eles, realmente, queriam e deram uma ênfase muito grande. Era uma potência, como é hoje ainda. Era uma potência muito forte na época. E, quando o Senado saiu com a ideia de ouvir os cidadãos, houve da parte da imprensa certa disputa pelo projeto: “*Não, eu levo; eu ajudo; eu faço; eu quero*”. E isso era uma dificuldade para nós, porque, como órgão da União, nós tínhamos que agir de forma impessoal, não podíamos dar preferência a um ou a outro, ainda que nos fizessem observar que um teria melhor penetração do que outro. Abrimos para todos e convidamos a todos para participar do projeto. E isso aí nos causou algumas dificuldades, porque é muito mais fácil você tratar com um só do que trabalhar com vários. Mas é a exigência da impessoalidade no serviço público que nos obriga a isso, e fizemos questão de observá-la na época.

Nós gostaríamos que o projeto fosse amplo para todo mundo, que não houvesse distinção de A, B ou C para participar dele. Não podíamos eleger A, B ou C para ser um patrocinador. Não houve da nossa parte esse impedimento com

¹¹ Senador – ES (1983-1991; 1995- 1998).



relação ao projeto. Nós tivemos que colocá-lo num determinado caminho. Por exemplo, essas aqui são fotografias do lançamento do projeto no Auditório Petrônio Portela, naquela época. Nós convidamos os constituintes de 1946, que receberam uma medalha que foi cunhada pela Casa da Moeda. Nós então demos a cada um daqueles constituintes, como forma de homenagem, uma lembrança. Isso foi antes de começar a Constituinte. Os parlamentares que iam constituir a Constituinte ainda não haviam sido eleitos.

Nessa solenidade, aconteceu um fato interessante. A Rede Globo nos enviou um audiovisual para ser apresentado. Tínhamos preparado um “canhão”, como era chamado o projetor, para passar no auditório um audiovisual a respeito do lançamento do projeto: o que era o projeto, o que ele pretendia cumprir, etc. Nós insistimos muito com o pessoal da Rede Globo do Rio para nos enviar esse audiovisual, porque queríamos ver o que ele continha e colocá-lo para o público em geral. O audiovisual chegou na noite da véspera do evento, que estava marcado para o dia seguinte, pela manhã. Fomos assistir ao audiovisual pela primeira vez. E o que aconteceu? O audiovisual apresentava o projeto como sendo um projeto da Rede Globo! Isso era inconcebível para nós! Sabíamos tudo o que havia sido feito, tínhamos preparado todo o projeto, toda a infraestrutura e íamos tratar de todas aquelas informações. Claro que a Rede Globo era importante no projeto, porque ia divulgar a todo o País — e já estava fazendo isso, com algumas inserções na programação — que as pessoas também podiam ser constituintes, podiam dar opiniões e sugestões, etc. Era importante a participação das pessoas. Nós queríamos que todos os meios de comunicação participassem. Nós não podíamos dizer: *“Rede Globo, só você vai...”*. A Rede Globo não tinha exclusividade. E isso nos criou um problema imenso.

Então, naquela madrugada, evidentemente, chamei os membros da Mesa, os mais diretamente envolvidos com isso, mostrei o audiovisual e perguntei o que eles achavam. Eu já o tinha visto e já tinha a minha opinião formada a respeito. Eles disseram: *“Realmente, não dá para mostrar isso, pois é inconcebível, dentro do Senado, dentro do Congresso Nacional, numa Constituinte, nós colocarmos a Rede Globo como sendo o pai da criança”*. Naquele momento, pegamos aquele audiovisual e o colocamos numa sala anexa — era uma sala anexa, na época; hoje



é a consultoria do Senado —, onde se faziam os coquetéis, as recepções, etc. e tal. Claro que isso não agradou muito a algumas pessoas que vieram do Rio de Janeiro especialmente para essa solenidade, porque o audiovisual, de repente, saiu do centro para a sala de recepção.

13. A resistência ao projeto

Então, nós tivemos grandes dificuldades de levar o projeto adiante. Diziam era que aquilo era gastar dinheiro à toa. Como se vai investir tanto recurso para pegar sugestões do cidadão que não está familiarizado com o que deve ser uma Constituição? A Constituição é um documento muito técnico. Como é que um cidadão lá do interior vai sugerir algo? Mas não era esse o objetivo. O objetivo era que aquela pessoa recebesse a informação importante de que estava sendo elaborada uma nova Constituição e de que seus direitos e suas obrigações estavam sendo discutidos. Aquilo a atingia diretamente. Era importante levar essa mensagem a ela, muito mais do que buscar dela sugestão sobre como o texto deveria constar da Constituição. Evidentemente, nenhum de nós imaginava que seria esse o caso. Mas havia pessoas que entendiam isso de forma errada e diziam: *“Vamos ver quantas estatísticas há de pessoas pedindo por isso, por aquilo ou por aquilo outro”*.

Ora, normalmente, o que mais atinge o cidadão diretamente é sua qualidade de vida, o acesso à saúde, seu emprego, o valor do seu salário, o valor do salário mínimo, coisas bastante genéricas e que são bem repetidas nessas 72 mil sugestões que vieram. Então, se você pegar isso, está lá dentro esse reflexo do que a população, do que o povo, o cidadão comum, em geral, sentia. Mas isso é assunto de Constituição? Cobia aos constituintes saber dosar se aquela preocupação poderia ser transferida para a Constituição.

Não é porque a maioria da população brasileira falava em salário mínimo que nós iríamos estabelecer a fórmula de cálculo do salário mínimo dentro da Constituição. Quer dizer, foi isso que os constituintes acharam. O que se achou importante colocar foi que deveria haver uma remuneração digna, mas não se colocar fórmulas ali, porque a Constituição deveria permanecer por anos, não era uma regra para aquele momento. Então, houve dos constituintes uma preocupação nesse ponto.



Já uma sugestão, talvez, a respeito de alguma coisa que alguém não pensou, poderia ser assunto para entrar na Constituição. As pessoas não tinham ideia do que era uma Constituinte e uma Constituição. Falava-se de estatística para dizer: *“Se o povo brasileiro disser que o assunto A, B ou C deve estar na Constituição, em sua maioria, ele deve ir para a Constituição”*. Não era esse o caso. Não era essa a ideia. A ideia era fazer com que o cidadão tivesse a certeza, tivesse a consciência de que seus direitos e deveres estavam em discussão por uma Assembleia Constituinte, que um grupo de pessoas estava discutindo aquilo. Isso era importante levar ao povo. Essa ideia era importante levar.

A sugestão era uma forma de participação, até para mostrar ao cidadão qual era a dificuldade. Pense no seu problema. Qual é esse problema? Como ele poderia chegar até à Constituição. Nós queríamos trazer a Constituição mais para perto do cidadão. Esse era o objetivo. Não queríamos, de forma nenhuma, escrever a Constituição a partir da contribuição do povo brasileiro. Não era essa a ideia.

14. A resposta do povo

Eu acho que houve um envolvimento grande com o projeto. Foram 72 mil sugestões. Parece pouco para os milhões de cidadãos brasileiros que temos, mas, na verdade, temos que entender as dificuldades de preparar uma sugestão dessas, de ter acesso a essa sugestão, enviar essa sugestão, acreditar nisso, o que era importante também.

Estávamos saindo de um período de exceção. As pessoas não estavam acostumadas a se expressar, entende? E, de repente, alguém diz: *“Escreve aqui uma sugestão e manda para Brasília”*. Era uma coisa assim que para as pessoas era preciso vencer muitos obstáculos para aquela sugestão sair. Então, acho que o número, apesar de parecer pequeno, é muito expressivo, considerando as dificuldades de se ir aos Correios escrever uma sugestão, redigir lá alguma coisa, botar no papel. Isso é algo que não é tão fácil assim para a nossa população fazer. Acho que tivemos um bom resultado nisso. E a prova disso é que, como eu disse, as



peças assistiam ao *Momento da Constituinte* na televisão¹², queriam ter acesso aos jornaizinhos, queriam saber de tudo que estava acontecendo. As pessoas foram alertadas sobre esse momento.

15. O envolvimento dos parlamentares

Sei que o Senador José Ignácio preparou algumas emendas até com base nessas informações. Algumas certamente ele pegou, as principais, e usou para formular emendas. Tive essa informação na época. E me pareceu muito bom, muito interessante, porque aproveitou aquilo que o povo mostrou na campanha para traduzir para a Constituição. Isso é importante. Mas insisto no fato de que a questão não era em si o que estava ali escrito, mas a participação do povo, a movimentação, a participação de todos no conhecimento de que havia uma Constituição sendo elaborada. Nós divulgamos muito o projeto dentro do Senado mesmo. Vários Parlamentares pediam blocos. Distribuimos também formulários para que eles, nos seus próprios Estados, divulgassem de uma maneira mais ampla.

16. O processamento das sugestões

Tivemos dificuldade de ler, não havia *scanner* na época, não havia formulário. Montamos uma sala com vários terminais com o aplicativo, e as pessoas iam digitando, tentando identificar o que estava escrito. Buscamos estagiários na Universidade de Brasília (UnB), pessoas do Prodasen que faziam estágio de digitação. Levamos vários meses para fazer isso, mas chegamos a ter 30 pessoas trabalhando nisso em turnos, 30 grupos para fazer essa alimentação. Levou meses. Depois, o problema maior não era nem tanto digitar essas informações, era depois

¹² A principal divulgação da Constituinte na televisão ocorreu principalmente por meio do Diário da Constituinte, programa com duração de cinco minutos feito pelo Congresso Nacional, divulgado duas vezes ao dia nas emissoras de TV conforme sua grade de programação. O Diário da Constituinte foi ao ar de abril de 1987 a outubro de 1988 e podem ser consultados na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados (<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18/browse>). Na programação das emissoras nem sempre se mantinha a denominação oficial de Diária da Constituinte (TVE e TV Globo), podendo ser divulgado como Jornal da Constituinte (TV Bandeirantes no RJ); Boletim da Constituinte (TV Manchete). Além disso, havia notícias sobre a Constituinte nos jornais regulares das emissoras. Durante a elaboração das constituições estaduais, as assembleias estaduais também constituíram programas próprios de divulgação dos trabalhos na televisão, a exemplo de Santa Catarina, com Boletim da Constituinte (<http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/momentos-historicos/4-Redemocratizacao/1-Constituinte-de-Santa-Catarina>), e do Pará, com Momento da Constituinte (http://memoria.bn.br/pdf/761036/per761036_1989_22420.pdf).



qualificá-las, dizer assim: *“O que eu indexo aqui? Isso trata de quê? Salário mínimo?”* Nós criamos uma série itens, de assuntos, e começamos então a pegar cada uma dessas sugestões e dar a elas uma qualificação: *“Essa aqui trata disso, essa trata daquilo”*, para poder melhor recuperar a informação depois. Diferentemente de outros sistemas que nós até então usávamos, nós usamos o próprio texto da mensagem para recuperação da informação. Se a pessoa falasse sobre salário mínimo lá, então “salário mínimo” recuperava aquele texto. O trecho do salário mínimo. A pessoa está falando de salário mínimo aqui. Era para poder recuperar de modo mais fácil. Fez-se muita estatística, buscou-se muito estatísticas e tudo, mas, eu insisto, essa estatística não era nada, entende? Para mim, a forma como eu via o projeto, essa parte do projeto, eu insisto, era avisar, entende, era demonstrar ao povo que aquilo estava ocorrendo, que a Constituinte estava ocorrendo. Essa era a minha visão e, acho, a de muitas pessoas dentro do Senado que entendiam dessa maneira.

Nós queríamos que as entidades do País participassem também, que trouxessem as suas contribuições para a Assembleia Constituinte, mas nós não sabíamos se seriam ou não usadas. Esse era o nosso dilema. Até que ponto você pode se esforçar por alguma coisa que vai ser ou não útil? Dentro das premências de orçamento, etc., e de pessoas para trabalhar no processo, em que você pode ou não se dedicar para que aquilo seja útil depois para a Constituinte? Era uma grande incógnita. Ninguém sabia.

17. Avaliação do projeto Constituinte

O projeto Constituinte teve seus percalços, teve suas dificuldades, principalmente de falta de compreensão. Acho que nos faltou... Como eu disse, nós não sabíamos, nós não sabíamos. Cada um tinha uma visão diferente. Para ajustarmos essas visões... Ela se tornou, talvez, mais clara, quando começou mesmo a Constituinte, quando ela foi instalada e tudo. *“Ah, é isso?” “Ah, bom! Então, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo, vamos fazer aquilo outro.”* Mas, até então, era: *“Vamos fazer isso.” “Mas isso vai custar caro.” “Isso vai ter sentido?”* Essas coisas não foram muito claras.



Então, no projeto, houve muita discussão, houve diferenças, mas não acho que foram diferenças porque um queria isso assim, outro queria isso assado. Não, não era isso. Todo mundo queria a coisa boa, mas cada um via de uma forma diferente. Naturalmente, cada um... *“Vamos fazer isso...” “Estão querendo botar o nome do Senado.” “Não, espera aí. Não é o Senado que tem que... É a Constituinte que tem que aparecer.” “É o cidadão que vai escrever.” “Mas o cidadão vai conseguir escrever isso? Nós não estamos exigindo demais do cidadão? Não é essa a sua função.”*

Havia os contra-ataques, vamos dizer assim, naturais, que aconteceriam com qualquer projeto que não tem um meio e um fim bem definidos. Portanto, existiu isso, mas não foi, de forma alguma, uma coisa que alguém quis solapar daqui ou cortar de lá, não. Tanto é que saiu um bom resultado, saiu um bom resultado.

18. A necessidade de informação

À medida que se foi trabalhando na Constituinte, foram sendo criadas novas bases de dados. Isso é parte do processo legislativo. Você cria as bases para ir colocando, como se diz, até o horário em que recebeu. Mas assim mesmo era tudo na base do papel. Infelizmente, naquela época, não havia outros meios. Era no papel. O parlamentar, o Constituinte assinava, ia para uma Secretaria, que recebia, carimbava, dava a chancela. Iam duas cópias, uma era chancelada certamente e entrava no sistema.

É interessante que, hoje, no Parlamento — e, naquela época, ainda mais do que nunca, eu acho —, fala-se em informações. Eles cobravam isso. Nós éramos o órgão, e todos olhavam e dizia: *“Prodasen, cadê a informação? Cadê a informação? Eu quero resolver isso aqui, quero decidir isso. Cadê a informação?”* Essa postura, vamos dizer, nós sentíamos diariamente. *“O que você pode me dar de informação? Dê-me a informação. Eu preciso decidir e quero fazê-lo da melhor forma possível. Dê-me a informação.”* Mas a tecnologia ainda era... Olhando a tecnologia que nós temos hoje e olhando para trás, nós andávamos no tempo da carroça. Não era nada como é hoje.

Até para lembrar daquela época, nós pesquisamos hoje no Google as várias bases de dados do Senado, da Câmara para encontrar a sugestão do Fulano de tal.



Naquela época, não era assim tão fácil. Era um trabalho árduo chegar e colocar as informações de forma que se pudesse recuperá-las na hora em que se quisesse. Era comum um parlamentar não ter ao lado da sua mesa um computador. Ele tinha que chamar um assessor e dizer: *“Fulano, busca para mim alguma coisa que trate sobre tal assunto.”* Aí ele ia às bases de dados do Senado, da Câmara e buscava na biblioteca o que alguém já tinha falado sobre aquilo em livro. Mas mal havia naquela época o título e o nome autor do livro e uma resenha rápida do que tratava aquele livro. Hoje, não. Hoje você consegue recuperar as informações e até ler o que está no livro. *“Não, isso aqui não é o que me interessa.”* E você coloca de lado. Enfim, você consegue criar rapidamente uma fonte de informação muito importante para tomar uma decisão. Naquela época, não era assim. Era bem mais difícil.

19. O processamento pioneiro de textos

Durante a Constituinte propriamente eu saí do cargo de diretor e fui para um cargo técnico. Eu fui para os *bits e bytes*. Era um momento de me recolher um pouco. Eu tinha vivido um período de administração muito intenso à frente do órgão. Acho que conquistamos muitas coisas, não pelo meu mérito só, mas por causa de uma equipe que havia por trás. Como eu disse, nós trouxemos gente muito boa, admitimos gente muito boa, técnicos muito bons que até há pouco tempo estavam no Prodasen e recentemente se aposentaram. Nós tínhamos um grupo. Não é com falso orgulho que eu digo que todo e qualquer técnico aqui de Brasília, quando se falava em Prodasen, tinha vontade de vir para cá. O Prodasen sempre atraía as pessoas. Havia a imagem de se ter as melhores tecnologias, dos melhores grupos. Tinha-se acesso e desafios grandes. Tratávamos de coisas que não era comum tratar aí fora: nós tratávamos texto. Texto era uma coisa que, no início da computação, não se tratava. Tratava-se de números.

Quando se pensava em computador, pensava-se em cálculos rápidos. Media-se a velocidade do computador pela capacidade de cálculos que ele poderia fazer. Nunca ninguém pensava em recuperar texto, recuperar informação. Hoje isso é uma coisa normal. Faz-se isso hoje e depois nem se lembra. Usa-se a calculadora de vez em quando. O nosso telefone celular tem um aplicativo de calculadora. Mas, naquela



época, o computador existia para calcular: fazer folha de pagamento, contabilidade, orçamento, coisas desse tipo. Tratávamos da recuperação do texto, que era uma coisa que poucas pessoas no mundo inteiro faziam. Trouxemos, por exemplo, um *software*, o STAIRS, que veio da Alemanha e foi adaptado para a língua portuguesa. Nós o adaptamos. Era um *software* fornecido pela IBM, mas, quando veio para cá, o nosso grupo técnico do Prodasen fez inúmeras modificações para poder utilizá-lo aqui dentro, segundo as nossas necessidades. Pessoas do mundo inteiro faziam visitas aqui ao Prodasen, ao Senado, para saber como fazíamos para colocar um texto de lei dentro do computador. Isso era uma coisa diferente que ninguém pensava. É importante a gente ver que aquilo era o início da tecnologia.

20. A cooperação com as assembleias legislativas

Além do fato de tratarmos de leis e de textos, de termos essa tecnologia de tratar textos, que era uma novidade. Os bancos, por exemplo, usavam muito o computador, tinham grandes centros de processamento de dados. Os bancos viviam com aquilo porque tinham que calcular, porque a inflação era alta, aquela coisa toda. Tinham que acompanhar as contas correntes de todos os seus correntistas, etc. O importante é ver que tratar o texto era uma novidade, uma coisa única que só o Prodasen fazia. E nós sentimos essa necessidade. Nós fomos obrigados a expandir, a dividir essa tecnologia com vários Estados, que também a queriam. Minas Gerais, por exemplo, foi um Estado que nos cobrou e nos trouxe a necessidade de colocar a sua legislação estadual dentro do nosso sistema. Eles não tinham isso e não sabiam como fazê-lo.

Na época, como Diretor do Prodasen, criei uma fórmula. Nós não tínhamos condições de atender a todos os Estados. Nós já tínhamos a Câmara dos Deputados aqui com quem mantínhamos uma relação muito forte, mas nós não tínhamos como fazer isso para todos os Estados brasileiros. Ao mesmo tempo, os Estados brasileiros não tinham instalações de tecnologia, de computação para atender a essas necessidades. Geralmente, eles tinham as empresas estaduais de processamento de dados. Então, nós fizemos um acordo com eles da seguinte



forma: a empresa de processamento de dados entrava, a Assembleia Legislativa Estadual entrava, e nós entrávamos, em cooperação.

Nós passávamos todos os programas, toda a tecnologia para a Assembleia Legislativa, que utilizava as empresas estaduais de processamento de dados. Isso ocorreu em 1985, para que as Assembleias Legislativas pudessem criar as suas bases de dados e já começassem a adquirir tecnologia para isso. Isso evoluiu recentemente para o programa Interlegis¹³. Isso tudo surgiu em 1985, quando propus, num congresso de empresas estaduais de processamento de dados, que elas entrassem nesse campo. Todas elas queriam utilizar essa tecnologia, e nós, gratuitamente, cedíamos isso, para que eles pudessem implementar seus próprios bancos de dados, suas bases de dados. Isso foi feito em Minas Gerais, se não me engano, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, em Pernambuco, no Pará. Vários outros Estados participaram disso depois.

21. O bunker do Prodasen

Faltava um espaço recolhido — vamos dizer assim — para os parlamentares poderem trabalhar e também porque havia terminais. Nós tínhamos maior quantidade de terminais ali. Havia uma concentração maior de terminais naturalmente. Então, era mais fácil instalar e mudar. Nós tínhamos maior flexibilidade, autonomia administrativa e financeira, por isso agíamos mais rapidamente. Tínhamos terminais ali mais próximos dos parlamentares. Colocávamos as pessoas à disposição. Os servidores do Prodasen nunca foram de dizer: *“Isso aqui não é minha função”*. Eles nunca diziam isso. Se fosse para buscar um copo de água, buscávamos. Se fosse para tirar uma mesa de lugar, tirávamos. Se fosse para ceder espaço — a minha sala era a melhor que tinha — para o Relator da Constituinte¹⁴ fazer o seu trabalho, saíamos e arranjavamos outra sala. Várias vezes eu fiz isso.

¹³ Projeto de Modernização Legislativa do Senado Federal. V. <http://www.interlegis.leg.br/>

¹⁴ Bernardo Cabral. Deputado Federal, 1967-1969, AM, MDB. Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, AM, PMDB. Ministro da Justiça, 1990. Senador, AM, Partido: PFL, 1995 a 2003. Relator da Constituinte.



Lembro-me de um fato interessante. O Senador Virgílio Távora¹⁵ era Relator da lei de informática, da lei de reserva de mercado — na época estava terminando e sendo proposta uma nova lei. Ele se mudou para o Prodasen, ainda mais porque se tratava de um assunto do qual ele gostaria de ter a contribuição de técnicos e pessoas voltadas para essa área. Eu era diretor e ele tomou conta da minha sala. Na mesma hora eu disse: “*Senador, sente aí. V.Exa. agora é o dono*”. Arranjei outro lugar, arranjei o lugar da secretária e dei um jeito. Ele ficou na minha mesa.

Então, eles irem para lá era comum, não só na Constituinte, mas também em todas essas grandes questões. Nas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), por exemplo, era comum abrimos as nossas instalações para os parlamentares assumirem. Nós tínhamos um controle maior na entrada, que dava mais tranquilidade aos parlamentares. Isso não incomodava o Prodasen, sentíamos um orgulho danado disso. Sentíamos um prazer imenso quando víamos os parlamentares lá, porque isso era uma forma de mostrar que estávamos atingindo, de uma certa maneira, os parlamentares, levando a tecnologia. Nós tínhamos que vender a tecnologia. A tecnologia não era fácil, não era amigável, não era como é hoje. Nós tínhamos que mostrar e dizer: “*Olha, é bom, mas é difícil. Vamos ter benefícios*”. Era um trabalho árduo, porém era um processo que tínhamos que fazer. Hoje não é mais, pois qualquer um domina facilmente isso aí.

Então, tínhamos satisfação em fazer isso. Tínhamos satisfação, como eu disse, em trabalhar de madrugada. Se precisasse de alguém para reler o texto, nós o fazíamos, e não era por ser analista ou diretor. Todos nós sentávamos à mesa e líamos. “*Agora dá uma lida aqui, porque estou cansado, não estou conseguindo ler*”. Cada um pegava a sua parte e a fazia. A maioria das pessoas de que você tem o nome fizeram isso, independentemente do que tinha que fazer. Se era preciso fazer, fazíamos.

22. A reserva de mercado da informática

¹⁵ Virgílio de Moraes Fernandes Távora (1919-1988). Deputado Federal – CE (1950-1954; 1954-1958). Governador – CE (1963-1966; 1979-1982). Deputado Federal – CE (1966-1970). Senador – CE (1971-1978; 1983-1988).



Eu lembro até hoje que a indústria nacional estava criando os microcomputadores e tínhamos acabado de adquirir um lote para começarmos a usar e a testar. Do meu lado, na minha mesa — foi retirado o terminal IBM, indústria nacional —, foi colocado um microcomputador fabricado pela Itautec. A Itautec ganhou a licitação e nos forneceu o equipamento. Era um terminal com tela verde e letras brancas. Funcionava como um terminal conectado com cabo coaxial e tudo.

Eu me recordo de um fato. Estávamos na sala com o Senador Virgílio, uma pessoa extremamente séria, compenetrada na sua posição. Todos estavam envolvidos em ajudar e em cooperar. Uma secretária fazia os textos, digitava-os no processador de texto, para facilitar as mudanças, as revisões, etc. Ela os preparava, dava o comando Ctrl+Alt+N, para poder dar negrito e tal. O Senador disse que precisava consertar uma redação e chamou a secretária. Ela era da Bahia e possuía um sotaque interessante. Estávamos tratando da lei de reserva de mercado nacional, reserva de mercado dos computadores, para manter a tecnologia no País. O Senador pediu a ela que se sentasse para corrigir um texto no computador. Ela fez uma cara feia e disse: *“Nesta porcaria, eu não sento, não”*. Era um computador nacional, um equipamento nacional. Nós estávamos exatamente tratando da lei de reserva de mercado. O Senador a olhou e — acredito — teve o melhor depoimento da indústria nacional naquele momento.

23. A razão para se fazer uma nova Constituição

Eu confesso que, quando começou a ideia de se fazer uma Constituinte, como cidadão — cidadão —, achava que nós íamos perder tempo. Eu questionava: *“Por que não deixar o próprio Congresso fazer isso?”* Poderia ser como é hoje, com apresentação de emendas. Eu dizia: *“Vamos alterar a própria Constituição que está aí, já há um esboço. Por que começar do zero? O País está numa situação difícil, a economia está ruim, a inflação está alta. Nós vamos passar meses discutindo uma Constituição, começando do zero. Não vai ser fácil discutir isso”*. E não foi. Era para durar tantos meses e durou o dobro. Enquanto isso, o País ficaria parado, e eu queria as coisas andando logo. Nós estávamos saindo de um período de exceção: *“Agora é o momento. Vamos lá, gente! Vamos para o trabalho! Vamos mudar!”*



Mas, depois, olhando para trás, vi que realmente se estabeleceu uma pedra sólida. Se nós construíssemos algo em cima da outra, tudo bem, poderíamos ter construído, poderíamos ter acertado aqui, mudado ali, feito algumas alterações e tal, mas eu acho que nunca teríamos essa solidez de termos a cidadania em cima de algo zerado, algo que não tinha pressão de militar, nada que pudesse nos dizer: “*Vá por esse caminho ou por aquele*”.

Então, acho que esses grupos de pressão que existiram, esse tempo a mais que se usou, tudo isso foi positivo. Ninguém pode, ao sair desse processo e olhar para trás, para a Constituição de 1988, dizer assim: “*Isso foi imposto por alguma coisa. Alguma coisa aqui foi imposta*”. Não. Se alguém disser que teve a emenda alterada, não fomos nós que a alteramos; foram os Constituintes, de alguma forma. Nós apenas espelhamos aquilo que alguém ordenou que fosse feito daquela forma.

24. A informática no Legislativo

Nós tentamos várias vezes auxiliar a Taquigrafia. Um dos primeiros projetos, acho que ainda da minha época, era sobre uma série de termos e fichas que eles tinham. Acredito que na Taquigrafia da Câmara também funcionava desse jeito. Os parlamentares falavam as siglas, e eles tinham que saber o que era para colocar, para complementar a informação.

Então, nós começamos informatizando essa parte, esse fichário, vamos dizer assim. Depois também partimos para a troca das máquinas de datilografia pelo computador, para que pudesse funcionar mais facilmente, para que eles pudessem aproveitar a facilidade para digitar. Mas encontramos alguns obstáculos. Sem falsa modéstia, novamente, eu acho que nós andávamos um pouco mais adiante do que a tecnologia nos permitia.

Recordo-me de que o Senador Itamar Franco, numa de suas viagens pelo mundo, em 1981, 1982, viu uma impressora pequena — pequena para os portes daquela época, porque hoje seria uma impressora razoavelmente grande —, que usava papel sensível ao calor. Ela escrevia a partir daí. Existiam nela umas pontinhas que queimavam o papel. Com isso, criavam-se as letras.

Junto a essa impressora havia um acoplador de telefone, aquele monofone que usávamos. Não era um celular, mas um monofone, que era acoplado



acusticamente. Através da linha telefônica — discava-se o número e tudo —, entrava-se em contato com o computador central, que era o *mainframe* ainda, e ele criava uma forma, com um teclado na frente, de se comunicar com o computador central. É como se faz hoje num terminal, num microcomputador, em que se digita. Só que hoje o conteúdo sai na tela. Naquela época, saía impresso. Digitava-se, e a sua pergunta ia saindo ali. É só imaginar que não havia uma tela, mas existia uma impressora acoplada ali. E a comunicação era feita através daquele acoplamento. Ele nos cobrou isso: *“Vocês têm que dar um jeito de tornar isso fácil, para o Senador poder, no seu Estado, consultar as bases de dados do Prodasen, saber os projetos, conhecer a legislação, ver a jurisprudência e tudo”*. Ele nos fez correr atrás disso. Nós fizemos isso, mas era uma tecnologia ruim — ruim! Quando a trouxemos, botamos a proposta para ele: *“Vamos testar isso aqui, Senador”*. Ele sentiu dificuldades de utilizar aquilo, mas era a tecnologia mais avançada daquela época. Nós fomos atrás desse equipamento na Receita Federal. A Receita Federal o levou para o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). O Serpro tinha importado cinco equipamentos desses e nos emprestou um, para mostrar como funcionava. Mas nós desconhecíamos aquela tecnologia. Sabíamos que algumas coisas não existiam. *“Ah, ouvimos falar que isso existe.”* Muitas vezes ouvíamos falar de coisas que ainda iam se tornar realidade. Alguém dizia: *“Não, vai haver um monitor. Não é uma televisão, é uma tela fina”*. Hoje, isso está em todas as mesas das pessoas. Naquele tempo, o monitor era uma televisão enorme. As letras eram verde e branco ou verde e preto — não me recordo mais. Isso foi em 1980, 1985.

Aliás, no período de 1985, nós conseguimos colocar terminais, o que não tínhamos, nos gabinetes do Senado. Hoje em dia, não há uma mesa que não tenha um terminal, um computador.

25. Questões polêmicas

O que eu posso dizer é que uma das coisas mais sérias para o analista de sistemas, para quem trabalha com computação, é manter uma ética muito forte com relação a isso. Temos um poder muito grande. Hoje, talvez menos, mas naquela época tínhamos muito mais. Dominávamos a tecnologia, dominava tudo. O mais importante de tudo para quem trabalhava lá na Informática, na Tecnologia da



Informação, era a ética. Isso era importantíssimo para nós. Posso lhe assegurar — asseguro a qualquer um, a qualquer deputado, à Deputada Sandra Cavalcanti¹⁶ — que dentro do Prodasen ninguém alteraria nada, nada.

Há algo que até hoje nos fere tremendamente, que foi o escândalo do painel de votação¹⁷. Isso, para nós, não foi simplesmente um malfeito. Aquilo nos atingiu a todos. Atingiu a todos. Foi uma tristeza imensa. Até hoje isso machuca aqueles que trabalharam à época e conheceram as pessoas que estavam lá. E eu conheci as pessoas que fizeram isso, conheci mesmo, profundamente. Sei quem é a Regina Borges, sei quem eram as pessoas que mexeram naquilo ali. O grande problema que enfrenta um técnico, quando recebe uma ordem, é saber se ela é ou não é ilegal. A gente, muitas vezes, não entrava neste mérito: *“É ou não é ilegal? Essa é a pessoa que pode nos dar a ordem? Essa é a pessoa que está designada a nos dar a ordem?”* Muito bem, cumpro esta ordem.

Algumas vezes, recebi ordens. Mas, graças a Deus, acho que tenho um anjo da guarda muito bom e que me protegeu de muitas coisas, saí na hora certa de alguns lugares. Fui Diretor do Prodasen durante muito tempo. Depois saí porque fiquei responsável por uma área muito dolorosa, que foi o Orçamento da União, na época do José Carlos Alves dos Santos, dos “anões” do Orçamento, que foi outro escândalo enorme¹⁸. Estava à frente daquilo ali. O José Carlos sentava na minha frente, discutíamos as coisas, aquela confusão toda que houve, o afastamento da equipe, a entrada de outra equipe. De tudo aquilo participei. Mas sempre defendi o seguinte: *“Nós não fizemos nada. O Presidente não fez algo que não tivesse uma ordem por escrito”*. Muitas vezes, pedia tudo por escrito mesmo. Se o pedido fosse oral e sentisse que havia alguma dúvida, pedia que me fizessem por escrito e guardava aquela cópia, naturalmente.

No Prodasen, para o técnico a questão da ética era muito forte, muito forte naquele momento. Colocaria a mão por qualquer um daqueles lá e dizia que eles

¹⁶ Deputado Federal - (Constituinte), 1987-1991; 1991-1995, RJ, PFL. O colaborador se refere ao episódio der denúncia de manipulação de emenda feita pela deputada à época da Constituinte. V. Sandra: Fraudaram minha emenda. Correio Braziliense, Brasília, sábado, 11 de julho de 1987.

¹⁷ V. Crise do Painel do Senado. <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/crise-no-senado/violacao-confirmada.htm>

¹⁸ V. Entenda o caso dos anões do Orçamento. Folha de São Paulo. 15 de novembro de 2004. <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u65705.shtml>



não faziam aquilo. Levamos um baque muito grande com a questão do computador de votação. Acho que foi uma falta de discernimento do que era certo e do que era errado, simplesmente isso. Foi uma ordem. A pessoa do Senador Antônio Carlos Magalhães¹⁹ era muito forte. Ele tinha uma personalidade muito forte. A pessoa que estava à frente não soube dizer o “não” que deveria ser dito. Não vou dizer que sou ótimo, nem sei o que faria naquele momento. Não vou dizer para você que agiria de forma A ou B. Acho que não agiria de maneira errada. Pediria tudo por escrito, como sempre fiz em outros momentos. Tanto é que passei pelo orçamento e nunca tive nada. Aliás, fui até chamado para falar como aconteceu a coisa e tudo o mais. Discordei até de pessoas que estavam trabalhando entre nós. Fiz por escrito, disse que não foi aquilo.

Trabalhei com deputados. O Presidente da Comissão era Senador, mas o Relator era da Câmara. Trabalhei com pessoas e Parlamentares e sempre tive total confiança. Se achasse que a coisa não estava direita, dizia logo: *“Disso aqui não participo, disso aqui eu saio”*. Eu não tenho nenhum compromisso... É como eu disse: saí do Prodasen quando o Senador Fragelli entrou. Achava que íamos ganhar muito trazendo uma nova equipe, uma nova diretoria, pessoas novas para renovar. Achava que a minha saída era parte dessa renovação. Saí principalmente porque não tinha, naquele momento — era isso que parecia —, a confiança do Presidente do Senado. Então, pensei: vou sair daqui. Não acho que era falta de confiança do Presidente do Senado, mas de outras pessoas próximas ao Presidente do Senado. Sabia dos compromissos políticos. Sei identificar isso plenamente, sei como funcionam as coisas.

Então, acho que não faz sentido você dificultar uma administração por falta de confiança. Acho que o órgão está acima disso. Eu saí, mas tempos depois voltei. E tempos depois saí novamente, porque o Presidente do Senado seria o Senador Humberto Lucena, que não tinha um relacionamento de confiança comigo. Não nos conhecíamos, e ele tinha outras pessoas muito mais próximas dele. Por isso, não fazia sentido eu disputar com essas pessoas a confiança do Presidente do Senado.

¹⁹ Antonio Carlos Peixoto de Magalhães (1927-2007). Deputado Federal – BA (1959-1963; 1963-1967; 1967-1971). Governador – BA (1971-1975; 1979-1983; 1991-1994). Senador – BA (1995-2001; 2003-2007). Ministro das Comunicações do Brasil (1985-1990). Presidente do Senado Federal (1997-2001).



Não fazia sentido eu chegar e dizer: *“Olha sou eu, eu quero ser...”* Isso não. Pelo amor de Deus, longe de mim essa posição.

Fui diretor e depois assumi a questão do orçamento. Alguém me pediu: *“Por favor, assumo o orçamento”*. E nós tivemos grandes... Meu Deus do Céu, como era difícil isso! Depois fui novamente Diretor Administrativo do Prodasen, na administração de uma outra pessoa. Fui subordinado, fui responsável pelo orçamento. Fiquei anos nessa posição e saí na época em que, graças a Deus, houve um escândalo, logo em seguida. Não sei, mas acho que há um anjo da guarda que me protege.

Esse foi o processo da construção do prédio do Interlegis e também da aquisição da sala-cofre do Prodasen. Aquilo foi um mal-entendido. Não houve má-fé, de forma nenhuma, acredito, mas surgiu a dúvida. E há pessoas, coitadas, que até hoje — colegas meus — estão respondendo a processos. Fui afastado e colocado em outra posição, a de diretor da área de atendimento a gabinetes. Fiquei lá muitos anos também. Por último, fui para uma área de tecnologia novamente. Voltei para os *bits e bytes*.

26. Avaliação da Constituição

Ela é detalhista sem dúvida nenhuma, mas é resultado do momento. Uma Constituição vai ser o reflexo daquele momento. Acho que não há outra maneira de vê-la. Porém, não se pode dizer que ela não reflete o que era o desejo da maioria naquele momento. Eu diria que era o desejo da população brasileira naquele momento. Mais do que nunca, o apelido que deram a ela, de Constituição Cidadã, é perfeito. Não há nada a colocar nem a tirar além disso daí. Para mim, ela representa exatamente isso. Ela está ali, ela é prolixa, ela está cheia de palavras, de coisas que não deveriam estar lá, coisas até inconcebíveis de estarem lá. Os 12% que foram estabelecidos, em relação aos juro, esse é o exemplo mais típico. Hoje nós enxergamos isso de uma maneira clara, não dá para estar lá. Mas, naquela época, parecia que deveria estar.

Houve muita coisa. Nós percebemos claramente que muita gente, muitos parlamentares, muitos constituintes trouxeram para a Constituição aquilo que eles



gostariam de ver imposto, com letras de fogo, na pedra, entende? Então, foi por isso que a Constituição foi tão longa.

Trouxeram realmente coisas que eram importantes. *“Isso é importante, isso tem que estar lá.”* Então, escreveram na Constituição, e ela ficou grande. Mas, mesmo sendo grande, ela não deixa de ser uma Constituição que reflete aquele momento, o que se achava que era necessário ter na Constituição. Acho isso perfeito, acho que ela é a Constituição Cidadã, sem dúvida alguma.

Mas essa é a Constituição para agora? Talvez não. A vantagem que tem a Constituição americana é não ter nada, e se constrói ao lado tudo aquilo de que se precisa. Agora, na nossa, é preciso voltar para ela. Talvez seja o caso de se rever essa forma que se adotou naquela época. Mas eu acho que não, eu não vejo necessidade de se formar uma nova Constituinte. Isso não faz sentido, não há uma ruptura. A Constituinte só existe quando há uma ruptura. Naquela época houve uma ruptura; agora não há uma ruptura. Não acredito numa ruptura. Não vejo sentido de se fazer isso. Há necessidade de se fazerem adaptações e correções.

27. O afeto ao Prodasen

Eu fiquei de 1980 até recentemente no Prodasen. São 36 anos de Prodasen. Eu adoro o Prodasen, realmente. Poderia ter me aposentado. Saí há dois anos, quase próximo da expulsória, e acho que contribuindo ainda. Não estava lá simplesmente ocupando uma cadeira. Não. Estava, realmente, como sempre fiz... Sempre procurei ser útil em qualquer coisa. Se fosse preciso carregar mesa, se fosse aquele o momento, a gente carregava mesa. Se fosse preciso carregar qualquer coisa ou redigir um projeto, eu dizia: *“Vamos lá! Vamos redigir um projeto”*. Não há dúvida. Qualquer coisa eu fazia.

Passei por várias funções. Todo mundo lá brinca comigo, tenho grandes amigos, deixei grandes amigos. Tenho grandes amigos que saíram do Prodasen, mas que são amigos meus até hoje, são oriundos do Prodasen. No WhatsApp, a gente discute política. Há duas semanas, eu disse assim: *“Eu vou sair do grupo. Chega, chega!”*. Saí do grupo, realmente. Não saí brigado, mas saí do grupo. Eu



disse: *“Eu acho que estamos caminhando para uma briga e não quero brigar com ninguém. Não acho que é o momento”*. Gosto desses amigos até hoje, tenho por eles muita afeição.

Eu me mantive por trinta e tantos anos no Prodasen, nunca saí de lá. Ocupei posição de relevo dentro do Prodasen, mas quando saí dessa posição, eu disse: *“Vou para os bits e bytes. É o momento de descer para os bits e bytes”*. Os bits e bytes são importantes. *“Vamos sair da administração, deixar que a administração tenha sua tranquilidade.”* É bom arejar, em qualquer administração é bom arejar, trazer novas ideias. Com o tempo, nossas ideias se cristalizam, nós cristalizamos as ideias. Então, às vezes não fazemos uma coisa que deveríamos fazer, porque pensamos: *“Ah, isso não vai dar certo”*. Mas pode dar certo. É preciso vir outro sem aquele vício para mostrar novos caminhos.

28. Uma vida no Prodasen

Eu já falei que adoro o Prodasen. Se pudesse, estaria lá ainda, confesso a você que estaria lá ainda. Gosto, porque foi minha casa. Acho que até minha mulher, de vez em quando, me acusa: *“Você gosta mais do Prodasen do que de casa”*. Eu dormi lá debaixo de impressora, fiquei três noites seguidas sem dormir. Ganhei por isso? Recebia um bom salário, sem dúvida. Acho que nós somos muito bem pagos. Recebi aquilo que me era devido. Mas nunca me preocupei com quanto ia receber, se ia receber hora extra... Não, isso nunca me passou pela cabeça. Se precisasse ficar além do tempo, ficava, não havia problema algum. Eu adoro. Aquilo lá, para mim... Foram desafios grandes que tive na vida, os quais me responderam profissionalmente muito bem. Por isso, eu sou satisfeito e agradecido.

Eu me aposentei, acabou, achei que estava na hora. Eu me aposentei na certeza de que as pessoas que estão lá têm capacidade, como as que estavam antes, de levar aquilo à frente. Isso é o mais importante. Para mim, é o mais importante. Admiro tanto o grupo que estive lá quanto o grupo que ficou lá agora. É um grupo competente, sempre foi competente. E, especialmente, o que vejo — e acho que isso, às vezes, torna-me uma pessoa até, vamos dizer, quase chata — é o fato de que são pessoas honestas, honestas com aquilo em que acreditam, fazem o que é sério. Não aceitamos, não se aceita algo assim: *“Ah, vamos fazer...”* Não, não



é isso. Nós sofremos muito com o painel de votação. Aquele fato em si foi uma fraqueza, eu diria, mas não acredito que isso foi uma coisa que passou. Isso não é o Prodasen. O Prodasen nunca foi e nunca será isso.

Quero realmente ter a certeza de que fui um profissional que contribuiu. Cada dia da minha vida ali, tive como contribuir. Tenho esse prazer de saber que isso permanece, com outros lá. Até me emociona falar de Prodasen, não gosto de falar muito dessas coisas, não. É um negócio que... Nunca fui para o Prodasen — talvez, um ou outro dia, sim; é claro que, às vezes, temos um mau dia na vida — dizendo assim: *“Eu vou trabalhar”*. Nunca fui trabalhar. Passei a vida me divertindo no Prodasen. Nunca fui trabalhar. Nunca sentia que ia trabalhar. Chegava lá e estava satisfeito de estar lá. Gostava, principalmente, quando juntávamos um grupo, o que é muito comum acontecer no Prodasen, para fazer alguma coisa, um novo projeto, realizar alguma coisa. Adorava poder sentar ao lado de alguém, ouvir a sugestão da pessoa, ouvir a de outro que pensava diferente: *“Vamos fazer assim”*; *“Vamos fazer assado”*. E íamos crescendo, construindo. Isso me dá uma satisfação tremenda. O Prodasen sempre foi assim, sempre foi assim. Tivemos desafios imensos, coisas que não sabíamos onde iria dar. A Constituinte foi uma delas. *“Onde vai dar esse negócio?”* *“Como vai ser o final?”* Não sabíamos aonde íamos chegar finalmente, não. Mas nós estávamos ali para fazer.

FICHA TÉCNICA

- 1 Data: 15/10/2018
2. Local: Sala da Cobec - Cedi
3. Duração: 1h45min
4. N° do arquivo: E022
5. Responsável pela pesquisa e elaboração do roteiro: Rildo José Cosson Mota
6. Entrevistador: Rildo José Cosson Mota
7. Equipe de vídeo: Lucas de Oliveira Campelo (Produtor); Roberto Guery – P_ 913.327 (cinematista) e Roberto Bispo – P_3.002.831 (assistente de cinematografia)
8. Fotografia: Najara Araújo – Acervo Câmara
9. Responsável pela transcrição: Detaq
10. Data da transcrição: 05/12/2018
11. Responsável pela edição de texto: Rildo José Cosson Mota